



# Resolução de Questões

## Direito Financeiro e Tributário

**André Portella**

# CESPE

## Juiz Federal

TRF1 (2009, 2011, 2013)

TRF2 (2009, 2011, 2013)

TRF3 (2011)

TRF5 (2011, 2013)

# Estrutura Geral das Resoluções

1. Direito Financeiro: 19 questões
2. Direito Tributário: 59 questões

# Estrutura do Módulo

## 1. Direito Financeiro (19 questões)

1.1. Direito Financeiro, Orçamento Público e Princípios Orçamentários (3 questões)

1.2. Leis Orçamentárias e Relatórios Financeiros (7 questões)

1.3. Receita Pública (3 questões)

1.4. Despesa Pública (5 questões)

1.5. Controle Externo e Tribunais de Contas (1 questão)

## 2. Direito Tributário: Tributo (7 questões)

# **Direito Financeiro, Orçamento Público e Princípios Orçamentários (3 questões)**

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF5 2013

62. À luz da CF, das normas gerais de direito financeiro e da jurisprudência do STF sobre a matéria, assinale a opção correta.

A) A prerrogativa da autonomia financeira dos poderes visa impedir o Poder Executivo de causar, em desfavor do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do MP, um estado de subordinação financeira capaz de comprometer, pela gestão arbitrária do orçamento, a independência político-jurídica dessas instituições.

B) Compete ao Congresso Nacional estabelecer os limites globais e as condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do DF e dos municípios.

C) As despesas empenhadas, não liquidadas e não pagas até 31 de dezembro são consideradas restos a pagar processados.

D) Caso não receba a proposta orçamentária no prazo fixado pela CF, o Poder Legislativo não poderá considerar como proposta a lei do orçamento vigente.

E) A CF não possui vedação expressa às chamadas caudas orçamentárias.



A) A prerrogativa da autonomia financeira dos poderes visa impedir o Poder Executivo de causar, em desfavor do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do MP, um estado de subordinação financeira capaz de comprometer, pela gestão arbitrária do orçamento, a independência político-jurídica dessas instituições.

B) Compete ao **Congresso Nacional** estabelecer os limites globais e as condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do DF e dos municípios.

CF/88, Art. 52. Compete privativamente ao **Senado Federal**:

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal;

C) As despesas empenhadas, não liquidadas e não pagas até 31 de dezembro são consideradas **restos a pagar processados**.

**Lei 4.320/64, Art. 36.** Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

Execução da despesa pública: 1) empenho; 2) liquidação; 3) pagamento

D) Caso não receba a proposta orçamentária no prazo fixado pela CF, o Poder Legislativo **não poderá** considerar como proposta a lei do orçamento vigente.

**Lei 4.320/64, Art. 32.** Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, **o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.**

E) A CF não possui vedação expressa às chamadas caudas orçamentárias.

CF/88, art. 165, § 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

\* Princípio da Exclusividade ou Pureza Orçamentária: “orçamento rabilongo”, “cauda orçamentária”

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF1 2011

67. De acordo com o princípio da não afetação da receita de impostos, que rege tanto o direito financeiro quanto o tributário, o legislador é proibido de vincular a receita de impostos a órgão, fundo ou despesa. Todavia, a despeito desse princípio, o legislador pode vincular a receita do imposto de renda a

- A) pagamento da dívida pública mobiliária federal.
- B) convênios para atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de calamidades públicas.
- C) despesas com aposentadorias do RGPS.
- D) prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
- E) despesas com assistência social.

Art. 167. São vedados:

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (EC 42/2003)

# Não-vinculação da receita de imposto

**\* Exceções (relativas a impostos específicos):**

**a) Impostos indicados pela CF/88, art. 167, IV**

- IR (48% e IRRF dos Entes Políticos)
- IPI (48% e 10%)
- ITR (50% ou 100%)
- IOF sobre ouro-ativo financeiro (30% e 70%)
- Imposto Residual (20%)
- ICMS (25%)
- IPVA (50%)



# Não-vinculação da receita de imposto

**\* Exceções (relativas a prestação de garantias):**

**b) Para garantir empréstimos dos Estados, DF e Municípios junto à União CF/88, art. 167, §4º**

**c) Para garantir operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO)**

# Não-vinculação da receita de imposto

**\* Exceções (voltadas à saúde e educação):**

**d) Para aplicar os percentuais mínimos legais das ações e serviços públicos de saúde (CF/88, 198, §2º)**

**e) Para o ensino, no mínimo de 18% para a União, e de 25% para demais Entes**

# Não-vinculação da receita de imposto

**\* Exceções (voltadas à Administração Tributária):**

**f) Para realização de atividades da Administração Tributária, em conformidade com a CF/88, art. 37, XXII**

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF1 2011

67. De acordo com o princípio da não afetação da receita de impostos, que rege tanto o direito financeiro quanto o tributário, o legislador é proibido de vincular a receita de impostos a órgão, fundo ou despesa. Todavia, a despeito desse princípio, o legislador pode vincular a receita do imposto de renda a

- A) pagamento da dívida pública mobiliária federal.
- B) convênios para atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de calamidades públicas.
- C) despesas com aposentadorias do RGPS.
- D) prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.**
- E) despesas com assistência social.

# **Leis Orçamentárias e Relatórios Financeiros (7 questões)**

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2009

**59.** Com relação às normas de finanças públicas previstas na CF e ao direito financeiro, assinale a opção correta.

- A) O direito financeiro cuida do crédito público e da dívida pública.
- B) Cabe à lei complementar instituir o plano plurianual.
- C) À lei ordinária cabe dispor acerca do exercício financeiro da lei orçamentária anual.
- D) A despesa, a receita, o orçamento e o crédito públicos são objeto de estudo do direito financeiro.
- E) A compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e as condições operacionais plenas daquelas voltadas ao desenvolvimento regional, não é matéria de norma geral a ser reservada à lei complementa.

\* Direito Financeiro é o ramo do Direito que trata das normas jurídicas relativas ao financiamento do Estado

a) Estrutura financeira da Administração Pública direta, indireta e Fundacional

- Receita e Despesa Pública

- Patrimônio e Dívida Pública

b) Orçamento Público

c) Controle das Finanças

Cf/88, art. 165, § 9º - Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

III - dispor sobre critérios para a execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório, para a realização do disposto no § 11 do art. 166. (EC 86/15)



## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2009

**59.** Com relação às normas de finanças públicas previstas na CF e ao direito financeiro, assinale a opção correta.

A) O direito financeiro cuida do crédito público e da dívida pública.

B) Cabe à lei complementar instituir o plano plurianual.

C) À lei ordinária cabe dispor acerca do exercício financeiro da lei orçamentária anual.

**D) A despesa, a receita, o orçamento e o crédito públicos são objeto de estudo do direito financeiro.**

E) A compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e as condições operacionais plenas daquelas voltadas ao desenvolvimento regional, não é matéria de norma geral a ser reservada à lei complementa.

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2011

63. Considerando as especificidades dos orçamentos previstos na Lei Orçamentária Anual da União, consoante a CF, assinale a opção correta.

A) O orçamento monetário destina-se às despesas e receitas do BACEN.

B) O orçamento previdenciário contém as dotações destinadas à saúde e à previdência.

C) O orçamento federal de investimento das estatais abrange todas as empresas públicas e sociedades de economia mista públicas, incluindo-se as dos estados e dos municípios.

D) O orçamento fiscal compreende parte da administração direta e parte da administração indireta da União.

E) O orçamento plurianual cria dotações orçamentárias para quatro anos.

Cf/88, art. 165,

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2011

63. Considerando as especificidades dos orçamentos previstos na Lei Orçamentária Anual da União, consoante a CF, assinale a opção correta.

A) O orçamento monetário destina-se às despesas e receitas do BACEN.

B) O orçamento previdenciário contém as dotações destinadas à saúde e à previdência.

C) O orçamento federal de investimento das estatais abrange todas as empresas públicas e sociedades de economia mista públicas, incluindo-se as dos estados e dos municípios.

**D) O orçamento fiscal compreende parte da administração direta e parte da administração indireta da União.**

E) O orçamento plurianual cria dotações orçamentárias para quatro anos.

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF1 2013

64. No que concerne à Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a opção correta.

A) O município que instituir taxa, realizar as estimativas da receita associada, mas não efetivar a sua arrecadação, não poderá receber transferências voluntárias da União, por ausência de requisito essencial da gestão fiscal responsável.

B) O Poder Executivo federal pode, para fins de cumprimento de metas fiscais, limitar, mediante decreto de contingenciamento, a execução de despesas decorrentes de obrigação constitucional, dado o caráter meramente autorizativo da lei orçamentária anual.

- C) A lei orçamentária anual de um estado da Federação deve, obrigatoriamente, indicar todas as despesas referentes à sua dívida pública, mobiliária ou contratual.
- D) Um município poderá, em sua lei de orçamento, consignar dotação ilimitada para despesas de programas voltados à superação de grave problema de mobilidade urbana.
- E) Sendo a realização da receita prevista no orçamento incompatível com as metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias, conforme apuração bimestral, o MP e o Poder Judiciário não estarão sujeitos às regras de limitação de empenho da despesa e de movimentação financeira.

A) O município que instituir **taxa**, realizar as estimativas da receita associada, mas não efetivar a sua arrecadação, não poderá receber transferências voluntárias da União, por ausência de requisito essencial da gestão fiscal responsável.

LC 101/2000 (LRF), Art. 11.

**Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no *caput*, no que se refere aos impostos.**

B) O Poder Executivo federal pode, para fins de cumprimento de metas fiscais, **limitar, mediante decreto de contingenciamento, a execução de despesas decorrentes de obrigação constitucional,** dado o caráter meramente autorizativo da lei orçamentária anual.

**LRF, art. 9º § 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.**



**C) A lei orçamentária anual de um estado da Federação deve, obrigatoriamente, indicar todas as despesas referentes à sua dívida pública, mobiliária ou contratual.**

**\* Princípio da Universalidade**

**CF/88, art. 165. § 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:**

**I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;**

D) Um município **poderá**, em sua lei de orçamento, **consignar dotação ilimitada** para despesas de programas voltados à superação de grave problema de mobilidade urbana.

**LRF, art. 5º, § 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.**

E) Sendo a realização da receita prevista no orçamento incompatível com as metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias, conforme apuração bimestral, o MP e o Poder Judiciário não estarão sujeitos às regras de limitação de empenho da despesa e de movimentação financeira.

LRF, Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF5 2011

62. A respeito do que dispõe a CF sobre finanças públicas, assinale a opção correta.

A) O orçamento da seguridade social, que abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, está compreendido na lei orçamentária anual.

B) Cabe a lei ordinária federal dispor sobre a fiscalização financeira da administração pública direta e indireta, bem como sobre operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos estados, do DF e dos municípios.

C) São vedadas ao BACEN a compra e a venda de títulos de emissão do Tesouro Nacional.

D) Relatório resumido da execução orçamentária deve ser publicado pelo Poder Executivo federal no prazo máximo de sessenta dias após o encerramento de cada trimestre.

E) O exame e a emissão de parecer sobre projeto de lei relativo às diretrizes orçamentárias competem a uma comissão permanente de senadores da República.

A) O orçamento da seguridade social, que abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, está compreendido na lei orçamentária anual.

CF/88, art. 165, § 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

B) Cabe a **lei ordinária** federal dispor sobre a fiscalização financeira da administração pública direta e indireta, bem como sobre operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos estados, do DF e dos municípios.

**CF/88, Art. 163. Lei complementar disporá sobre:**

**V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)**

C) São **vedadas** ao BACEN a compra e a venda de títulos de emissão do Tesouro Nacional.

**CF/88, Art. 164. § 2º - O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.**



D) Relatório resumido da execução orçamentária deve ser publicado pelo Poder Executivo federal no prazo máximo de **sessenta dias** após o encerramento de cada trimestre.

**CF/88, art. 165. § 3º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.**

E) O exame e a emissão de parecer sobre projeto de lei relativo às diretrizes orçamentárias competem a uma **comissão permanente de senadores** da República.

CF/88, art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º - Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados: I – examinar e emitir parecer...



## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF1 2011

66. Supondo que, em janeiro de 2014, ano de realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, o governo federal verifique a necessidade de realizar uma obra de mobilidade urbana que deverá estar pronta em junho de 2014, por ser indispensável para a cerimônia de abertura dos jogos, assinale a opção correspondente às normas por meio das quais pode ser criada a dotação necessária à referida obra.

- A) lei de criação de crédito especial ou lei do plano plurianual
- B) lei orçamentária anual ou lei do plano plurianual
- C) lei do plano plurianual ou lei de criação de crédito suplementar
- D) lei orçamentária anual ou lei de criação de crédito suplementar
- E) lei orçamentária anual ou lei de criação de crédito especial

**Lei 4.320/64,**

**Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:**

**I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;**

**II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;**

**III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.**

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF1 2011

66. Supondo que, em janeiro de 2014, ano de realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, o governo federal verifique a necessidade de realizar uma obra de mobilidade urbana que deverá estar pronta em junho de 2014, por ser indispensável para a cerimônia de abertura dos jogos, assinale a opção correspondente às normas por meio das quais pode ser criada a dotação necessária à referida obra.

- A) lei de criação de crédito especial ou lei do plano plurianual
- B) lei orçamentária anual ou lei do plano plurianual
- C) lei do plano plurianual ou lei de criação de crédito suplementar
- D) lei orçamentária anual ou lei de criação de crédito suplementar
- E) lei orçamentária anual ou lei de criação de crédito especial**



## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2009

60.Considerando que o Poder Executivo federal esteja determinado a realizar a abertura de crédito extraordinário por meio da edição de medida provisória (MP), para fazer face às despesas de execução de investimentos das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, de sua responsabilidade, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STF.

A) Trata-se de crédito suplementar ou especial e não de extraordinário e, por isso, será necessária prévia autorização legislativa para sua abertura, de modo a fazer face às despesas de execução de investimentos.

B) A abertura do crédito terá eficácia com a aprovação da MP pelo Congresso Nacional.

C) Tendo em conta que a matéria objeto da MP é de exclusiva competência do presidente da República, o crédito extraordinário será regular e terá eficácia desde a vigência da norma.

D) A MP poderá referir-se às despesas de custeio, mas não às de investimento, pois, neste caso, fugirá à natureza do crédito extraordinário.

E) Somente prévia autorização legislativa, ou seja, aprovação de lei no Congresso Nacional, poderá autorizar a abertura de qualquer crédito extraordinário.

CF/88, Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2009

60.Considerando que o Poder Executivo federal esteja determinado a realizar a abertura de crédito extraordinário por meio da edição de medida provisória (MP), para fazer face às despesas de execução de investimentos das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, de sua responsabilidade, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STF.

**A) Trata-se de crédito suplementar ou especial e não de extraordinário e, por isso, será necessária prévia autorização legislativa para sua abertura, de modo a fazer face às despesas de execução de investimentos.**

B) A abertura do crédito terá eficácia com a aprovação da MP pelo Congresso Nacional.

C) Tendo em conta que a matéria objeto da MP é de exclusiva competência do presidente da República, o crédito extraordinário será regular e terá eficácia desde a vigência da norma.

D) A MP poderá referir-se às despesas de custeio, mas não às de investimento, pois, neste caso, fugirá à natureza do crédito extraordinário.

E) Somente prévia autorização legislativa, ou seja, aprovação de lei no Congresso Nacional, poderá autorizar a abertura de qualquer crédito extraordinário.

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2013

64. Quando, no decorrer da execução orçamentária, uma dotação se revelar insuficiente, o Poder Executivo poderá lançar mão da abertura de

- A) crédito suplementar, após autorização legislativa.
- B) crédito especial, independentemente da existência de recursos disponíveis para a realização da despesa.
- C) créditos especiais ou suplementares, por meio de medidas provisórias.
- D) crédito especial, após aprovação legal.
- E) crédito extraordinário, por meio de decreto.

# Receita Pública

## (3 questões)

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF3 2011

63. Se uma autarquia receber, mediante determinação da lei orçamentária, dotação insuficiente para determinado projeto,

A) terá de reduzir o valor do projeto para adequá-lo à dotação.

B) deve requerer a abertura de crédito suplementar pelo valor que falte, caso necessite acrescentar o valor.

C) deve requerer a abertura de crédito especial pelo valor que falte, caso necessite acrescentar o valor.

D) deve requerer a abertura de crédito extraordinário pelo valor que falte, caso necessite acrescentar o valor.

E) pode gastar acima do valor da dotação, até o limite permitido na lei orçamentária.



A) As contribuições sociais classificam-se como receitas tributárias, assim como as multas tributárias.

Lei 4.320/1964, art. 11, § 1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

§ 4º [Multas: “Receitas Diversas”]

B) A obtenção de recursos financeiros decorrentes de operações de crédito classifica-se como receita de capital, e as multas tributárias não são classificadas como receitas tributárias.

**Lei 4.320/64, art. 11, §4º [Operações de Crédito:  
“Receita de Capital”]**

C) A obtenção de recursos financeiros decorrentes de operações de crédito classifica-se como receita de capital, e as **contribuições sociais, como receitas tributárias.**

D) A obtenção de recursos financeiros decorrentes de **operações de crédito classifica-se como receita corrente,** assim como o **recebimento de amortização da dívida.**

**Lei 4.320/64, art. 11, §4º [Amortização de Créditos Concedidos: “Receita de Capital”]**

E) O recebimento de amortização da dívida classifica-se como receita de capital, e as **multas tributárias, como receitas tributárias.**

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF1 2011

68. Por força de dispositivo constitucional, a União repassa, a cada mês, para estados e municípios uma parcela da arrecadação de alguns tributos. Toda a arrecadação de outros tributos, entretanto, permanece com a União, a exemplo do imposto sobre

- A) produtos industrializados.
- B) operações de crédito, câmbio e seguro.
- C) a propriedade territorial rural.
- D) a importação.
- E) a renda e proventos de qualquer natureza.

**[CF/88, Art. 167, §4º]**

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF5 2013

61. Com base na CF, na LRF, na interpretação doutrinária da legislação financeira e na jurisprudência do STF sobre a matéria, assinale a opção correta.

A) Conforme entendimento do STF, um estado pode receber transferências voluntárias da União mesmo que uma de suas entidades da administração indireta esteja inadimplente e inscrita em um dos cadastros restritivos federais, em respeito ao princípio da intranscendência das medidas restritivas de direito.

B) Não havendo suficiente dotação orçamentária ou autorização específica na respectiva lei de diretrizes orçamentárias, serão anuláveis, nos termos da LRF, os atos que impliquem aumento da despesa com pessoal.

C) As receitas originárias, obtidas pelo Estado mediante seu poder de autoridade (*ius imperii*), são captadas coercitivamente de particulares, ao passo que as receitas derivadas decorrem da exploração do patrimônio do Estado, que participa da atividade econômica explorando atividades privadas e cobrando tarifa ou preço público.

D) O Poder Legislativo não pode rejeitar o projeto de lei orçamentária.

E) No Brasil, adota-se expressamente o regime contábil misto, sendo o regime de caixa aplicado às despesas públicas e o de competência, às receitas públicas.

A) Conforme entendimento do STF, um estado pode receber transferências voluntárias da União mesmo que uma de suas entidades da administração indireta esteja inadimplente e inscrita em um dos cadastros restritivos federais, em respeito ao princípio da intranscendência das medidas restritivas de direito.

**\* Princípio da intranscendência: Somente o poder que extrapolar o limite da despesa do pessoal é que deve sofrer as sanções previstas na Constituição Federal, por exemplo se o Judiciário que extrapolou o limite da despesa do pessoal não se pode demitir os funcionários do poder legislativo.**

B) Não havendo suficiente dotação orçamentária ou autorização específica na respectiva lei de diretrizes orçamentárias, **serão anuláveis**, nos termos da LRF, os atos que impliquem aumento da despesa com pessoal.

\* LFR, Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:



C) **As receitas originárias**, obtidas pelo Estado mediante seu poder de autoridade (ius imperii), **são captadas coercitivamente** de particulares, ao passo que as **receitas derivadas decorrem da exploração do patrimônio do Estado**, que participa da atividade econômica explorando atividades privadas e cobrando tarifa ou preço público.

**Lei 4.320/64, Art. 9º** Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito publico, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinado-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou especificas exercidas por essas entidades.

D) O Poder Legislativo não pode rejeitar o projeto de lei orçamentária.

E) No Brasil, adota-se expressamente o regime contábil misto, sendo o regime de caixa aplicado às despesas públicas e o de competência, às receitas públicas.

LRF, art. 50, II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência...



# Despesa Pública

## (5 questões)

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2013

62. As despesas que caracterizam inversão financeira incluem a dotação para

- A) pagamento de juros da dívida pública.
- B) aquisição de material permanente.
- C) amortização da dívida pública.
- D) obra pública.
- E) aquisição de títulos representativos do capital de empresas em funcionamento.

# Lei 4.320/64, art. 13.

## Inversões Financeiras

- Aquisição de Imóveis
- Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras
- Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresa em Funcionamento
- Constituição de Fundos Rotativos
- Concessão de Empréstimos
- Diversas Inversões Financeiras

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2013

62. As despesas que caracterizam inversão financeira incluem a dotação para

- A) pagamento de juros da dívida pública.
- B) aquisição de material permanente.
- C) amortização da dívida pública.
- D) obra pública.
- E) aquisição de títulos representativos do capital de empresas em funcionamento.

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2013

63. A verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, constitui

- A) o pagamento da despesa.
- B) a nota de extinção de obrigação.
- C) a liquidação da despesa.
- D) o empenho.
- E) a ordem de pagamento.



# Estágios de Execução da Despesa Pública:

- 1) Empenho
- 2) Liquidação
- 3) Pagamento

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2013

63. A verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, constitui

- A) o pagamento da despesa.
- B) a nota de extinção de obrigação.
- C) a liquidação da despesa.**
- D) o empenho.
- E) a ordem de pagamento.

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2011

62. Nos meses de junho e julho de 2011, verificou-se no parlamento estadunidense disputa política pela aprovação de norma que elevasse o nível de endividamento daquela União federal. Acerca das normas constitucionais brasileiras relativamente a essa matéria, assinale a opção correta.

A) O limite da dívida mobiliária dos estados e dos municípios é matéria de lei federal, enquanto o limite da dívida mobiliária da União é matéria de resolução do Senado Federal.

B) O limite da dívida mobiliária da União, dos estados e dos municípios é matéria de resolução do Senado Federal.

C) O limite da dívida mobiliária da União, dos estados e dos municípios é matéria de lei federal.

**D) O limite da dívida mobiliária da União é matéria de lei federal, e o limite da dívida mobiliária dos estados e dos municípios é matéria de resolução do Senado Federal.**

E) O limite da dívida mobiliária da União e dos estados é matéria de lei federal, e o limite da dívida mobiliária dos municípios é matéria de resolução do Senado Federal.

CF 88, Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

- A) O limite da dívida mobiliária dos estados e dos municípios é matéria de lei federal, enquanto o limite da dívida mobiliária da União é matéria de resolução do Senado Federal.
- B) O limite da dívida mobiliária da União, dos estados e dos municípios é matéria de resolução do Senado Federal.
- C) O limite da dívida mobiliária da União, dos estados e dos municípios é matéria de lei federal.
- D) O limite da dívida mobiliária da União é matéria de lei federal, e o limite da dívida mobiliária dos estados e dos municípios é matéria de resolução do Senado Federal.
- E) O limite da dívida mobiliária da União e dos estados é matéria de lei federal, e o limite da dívida mobiliária dos municípios é matéria de resolução do Senado Federal.

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2013

66. A competência privativa para fixar limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do DF e dos municípios pertence

- A) STF.
- B) TCU.
- C) ao Senado Federal.
- D) ao Congresso Nacional.
- E) à Câmara dos Deputados.

**CF/88, Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:**

**VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;**



## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2013

66. A competência privativa para fixar limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do DF e dos municípios pertence

A) STF.

B) TCU.

**C) ao Senado Federal.**

D) ao Congresso Nacional.

E) à Câmara dos Deputados.

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF5 2011

63. A respeito da disciplina constitucional dos precatórios, assinale a opção correta.

A) É lícita a cessão, total ou parcial, de créditos em precatórios a terceiros, desde que haja a expressa concordância do respectivo ente estatal devedor, mediante petição dirigida ao respectivo tribunal.

B) Pode a União assumir débitos oriundos de precatórios exclusivamente dos estados e do DF, refinanciando-os diretamente.

C) Apenas os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham sessenta e cinco anos de idade, ou mais, na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, devem ser pagos com preferência sobre todos os demais débitos.

D) No orçamento das entidades de direito público, é obrigatória a inclusão de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até 1.º de julho, devendo o pagamento ser feito até o final do exercício seguinte, e os respectivos valores, atualizados com juros de 2% ao mês.

E) De acordo com disposição expressa da CF, o presidente do tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.

A) É lícita a cessão, total ou parcial, de créditos em precatórios a terceiros, desde que haja a expressa concordância do respectivo ente estatal devedor, mediante petição dirigida ao respectivo tribunal [e à entidade devedora].

CF/88, art. 100. § 13. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor... (EC 62/2009)

§ 14. A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora. (EC 62/2009)

B) Pode a União assumir débitos oriundos de precatórios **exclusivamente dos estados e do DF [e dos Municípios]**, refinanciando-os diretamente.

CF/88, art. 100, § 16. A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente. (EC 62/2009)

C) Apenas os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham **sessenta e cinco anos de idade**, ou mais, na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, devem ser pagos com preferência sobre todos os demais débitos.

**CF/88, art. 100. § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos... (EC 62/2009)**

D) No orçamento das entidades de direito público, é obrigatória a inclusão de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, devendo o pagamento ser feito até o final do exercício seguinte, e os respectivos valores, **atualizados com juros de 2% ao mês**.

CF/88, art. 100. § 12. A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios. (EC 62/2009).

E) De acordo com disposição expressa da CF, o presidente do tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.

**CF/88, art. 100. § 7º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça. (EC 62/2009).**



# Controle Externo e Tribunais de Contas (1 questão)

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2013

65. No Brasil, o órgão que tem competência exclusiva para julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente da República é

- A) o Congresso Nacional.
- B) STF.
- C) a Comissão Mista de Senadores e Deputados.
- D) TCU.
- E) o Senado Federal.

**CF/88, art. 49,**

**Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:**

**IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;**

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2013

65. No Brasil, o órgão que tem competência exclusiva para julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente da República é

**A) o Congresso Nacional.**

B) STF.

C) a Comissão Mista de Senadores e Deputados.

D) TCU.

E) o Senado Federal.



# Direito Tributário: Tributo (7 questões)

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2009

58. Determinado comerciante resolveu aumentar a área de seu estabelecimento e, nos limites legais, passou a pagar, mensalmente, um valor ao ente da Federação para poder utilizar área pública contígua a seu estabelecimento. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

A) A receita auferida pelo ente da Federação classifica-se como derivada, por ser advinda da exploração de atividade econômica.

- B) O ingresso do valor é temporário, uma vez que, em algum momento, o comerciante pode não mais utilizar a área pública e, por esse fato, não se trata de receita.
- C) O valor cobrado tem natureza de tributo e, por isso, o ingresso é receita originária.
- D) O ingresso do valor classifica-se como receita originária, uma vez que se trata de preço público.
- E) A concessão da área pública é atividade de exploração do patrimônio, cuja receita é derivada.



CTN, Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Exploração do patrimônio público: preço público ou tarifa

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2009

67. Acerca de taxa, de preço público, de contribuições e de empréstimo compulsório, assinale a opção correta.

A) O valor cobrado por serviço público não essencial sob o regime de concessão é necessariamente submetido ao regime próprio das taxas.

B) A COFINS não incide sobre a receita da sociedade comercial decorrente da locação de veículos, por se tratar de cessão de uso e gozo de coisa a título oneroso, que não pode ser equiparada com mercadoria.

C) A União pode instituir empréstimo compulsório com devolução do valor recebido em títulos da dívida pública.

D) A COFINS não incide sobre as variações cambiais que decorram de vendas ao exterior.

E) A taxa independe da associação do fato gerador com o serviço para o qual foi instituída.

A) O valor cobrado por serviço público não essencial sob o regime de concessão é necessariamente submetido ao regime próprio das **taxas**.

B) A COFINS **não** incide sobre a receita da sociedade comercial decorrente da locação de veículos, por se tratar de cessão de uso e gozo de coisa a título oneroso, que não pode ser equiparada com mercadoria.

“A atividade de locação de veículos, bens móveis, perfaz a hipótese de incidência da COFINS, pois os ingressos financeiros decorrentes do exercício dessa atividade comercial caracterizam faturamento.” (TRF 4 - AMS 200272000130051)

C) A União pode instituir empréstimo compulsório com devolução do valor recebido em **títulos da dívida pública**.  
(STF)

D) A COFINS não incide sobre as variações cambiais que decorram de vendas ao exterior.

“1. No contrato de câmbio, com variação cambial positiva, não pode haver tributação na forma do art. 9º da Lei 9.718/98.2. A regra de imunidade prevista no art. 149, § 2º, I, da Constituição Federal estimula a exportação e deve ser interpretada extensivamente. (STJ, REsp 1064722/SC, 06/05/2009)

E) A taxa **independe** da associação do fato gerador com o serviço para o qual foi instituída.

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF3 2011

65. Suponha que determinado poder legislativo estadual crie tributo sobre a circulação de qualquer pessoa de um município para outro, atribuindo-lhe o nome de ICMS e, para justificá-lo, informe que a maior parte da receita será destinada a construir nova estrada entre os dois municípios. Nesse caso, o tributo deve ser considerado

A) constitucional, porque só o estado tem competência para instituir ICMS.

B) inconstitucional, por motivos de competência e de vinculação.

- C) inconstitucional, porque se caracteriza como taxa, havendo serviço a ela vinculado.
- D) constitucional, consistindo em contribuição de melhoria que beneficiará os proprietários da área.
- E) constitucional, sendo imposto destinado a financiar a estrada.



**CF\88, Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:**

**V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;**

**CF\88, Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:**

**II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;**

**CF\88, Art. 167. São vedados:**

**IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa,**

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF3 2011

65. Suponha que determinado poder legislativo estadual crie tributo sobre a circulação de qualquer pessoa de um município para outro, atribuindo-lhe o nome de ICMS e, para justificá-lo, informe que a maior parte da receita será destinada a construir nova estrada entre os dois municípios. Nesse caso, o tributo deve ser considerado

A) **constitucional**, porque só o estado tem competência para instituir ICMS.

B) **inconstitucional**, por motivos de competência e de vinculação.

- C) inconstitucional, porque se caracteriza como **taxa**, havendo serviço a ela vinculado.
- D) **constitucional**, consistindo em contribuição de melhoria que beneficiará os proprietários da área.
- E) **constitucional**, sendo imposto destinado a financiar a estrada.

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF2 2011

64. O sistema tributário brasileiro compreende tributos de diversas espécies. Em regra, quando uma pessoa jurídica de natureza industrial vende produto a empresa comercial, sobre essa operação incidem

- A) taxas e impostos.
- B) apenas contribuições sociais.
- C) taxas e contribuições sociais.
- D) impostos e contribuições sociais.
- E) apenas taxas.

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF5 2011

64. A respeito do Sistema Tributário Nacional, assinale a opção correta.

A) Consoante a jurisprudência do STF, as custas, a taxa judiciária e os emolumentos constituem espécies de preço público. Assim, é admissível que parte da arrecadação obtida com essas espécies seja destinada a instituições privadas, entidades de classe e caixas de assistência dos advogados.

B) Compete aos entes federativos instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de atuação nas respectivas áreas, observado o princípio da anterioridade.

C) A cobrança de taxa exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o texto constitucional.

D) A receita proveniente da arrecadação de empréstimo compulsório instituído para atender a despesa extraordinária decorrente de calamidade pública ocorrida no sul do país pode ser destinada para a construção de escolas públicas na região Nordeste, uma vez que é vedada a vinculação de receita de tributos a órgão, fundo ou despesa.

E) Segundo o STF, a existência de órgão administrativo constitui condição suficiente para o reconhecimento da constitucionalidade da cobrança da taxa de localização e fiscalização, sendo um dos elementos para se inferir o efetivo exercício do poder de polícia, exigido constitucionalmente.



A) Consoante a jurisprudência do STF, as custas, a taxa judiciária e os emolumentos constituem espécies de **preço público**. Assim, é admissível que parte da arrecadação obtida com essas espécies seja destinada a instituições privadas, entidades de classe e caixas de assistência dos advogados.

B) **Compete aos entes federativos** instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de atuação nas respectivas áreas, observado o princípio da anterioridade.

CF/88, Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

**C) A cobrança de taxa exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o texto constitucional.**

**Súmula Vinculante n. 19: A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, ii, da constituição federal.**

D) A receita proveniente da arrecadação de empréstimo compulsório instituído para atender a despesa extraordinária decorrente de calamidade pública ocorrida no sul do país **pode ser** destinada para a construção de escolas públicas na região Nordeste, uma vez que **é vedada a vinculação de receita de tributos** a órgão, fundo ou despesa.

CF/88, Art. 148, Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

E) Segundo o STF, a existência de órgão administrativo **constitui condição suficiente** para o reconhecimento da constitucionalidade da cobrança da taxa de localização e fiscalização, **sendo um dos elementos para se inferir o efetivo exercício do poder de polícia**, exigido constitucionalmente.

“2. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a existência de órgão administrativo **não é condição** para o reconhecimento da constitucionalidade da cobrança de taxas de localização e fiscalização, mas **constitui um dos elementos** admitidos para se inferir o efetivo exercício do poder de polícia, exigido constitucionalmente.” (RE 555254 AgR/SP - SÃO PAULO)

## CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF5 2011

67. Com relação a taxas e contribuições, assinale a opção correta.

A) É cabível a cobrança de contribuição de melhoria em virtude da construção de estradas de rodagem e do recapeamento de via pública já asfaltada.

B) As contribuições sociais residuais devem ser instituídas por lei complementar, ser não cumulativas e ter bases de cálculo e fatos geradores diferentes dos de outras contribuições sociais.

- C) Aplicam-se às contribuições para o fundo de garantia do tempo de serviço as disposições do CTN.
- D) Em conformidade com a legislação local aplicável, é legítima a cobrança de taxa de calçamento.
- E) É ilegítima a cobrança da contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS) sobre as operações relativas a serviços de telecomunicações.

A) É cabível a cobrança de contribuição de melhoria em virtude da construção de estradas de rodagem e do **recapeamento de via pública já asfaltada.**

**STF, RE n. 115863: “Hipótese de recapeamento de via pública já asfaltada: simples serviço de manutenção e conservação que não acarreta valorização do imóvel, não rendendo ensejo a imposição da contribuição de melhoria.”**



B) As contribuições sociais residuais devem ser instituídas por lei complementar, ser não cumulativas e ter bases de cálculo e fatos geradores diferentes dos de outras contribuições sociais.

CF/88, Art. 195, § 4º - A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

Art. 154. A União poderá instituir: I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

C) **Aplicam-se** às contribuições para o fundo de garantia do tempo de serviço as disposições do CTN.

**STJ, Súmula n. 353: As disposições do Código Tributário Nacional não se aplicam às contribuições para o FGTS.**

D) Em conformidade com a legislação local aplicável, **é legítima a cobrança de taxa de calçamento.**

STF, Súmula n. 129 (01.03.1963): Na conformidade da legislação local, é legítima a cobrança de taxa de calçamento.  
**(entendimento superado)**

E) **É ilegítima** a cobrança da contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS) sobre as operações relativas a serviços de telecomunicações.

**STF, Súmula n. 659: É legítima a cobrança da COFINS, do PIS e do FINSOCIAL sobre as operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do país.**